

SANTO ANTÔNIO CONSELHEIRO: JESUÍTA BRONCO*

Raymundo Faoro**

O Sr. Antônio Cândido, num de seus rodapés semanais de crítica literária, situou em “Os Sertões” a origem de certo modo de interpretar as relações do homem com a terra. Não se pode falar, no caso, de influência de Euclides, como parece sugerir o crítico paulista. Essa obra magistral serviu apenas como recurso de esclarecimento de que se valeram alguns escritores para traduzir as mesmas disposições sentimentais. A medida que se redescobre o Brasil, a mensagem de “Os Sertões” torna-se mais lúcida.

Em realidade, o fundo da obra de Euclides, em “Os Sertões” e nessa tentativa que é “A Margem da História”, fixa-se na caracterização das relações do homem com a paisagem telúrica e geográfica. Há uma “unificação afetiva” – a expressão é de Soheler – com a natureza. Por via dela, procura-se desingularizar a vida individual para submergi-la num todo. A dor da terra é vivida por quem a habita. É uma atitude pessimista a de Euclides, uma integração na dor universal. Suas dores e agruras individuais como que se transferiram para a terra. A realidade da natureza, contundente e áspera, dissolve-se na comunidade do sofrimento.

Há, nesta posição, uma fundamental inconciliabilidade com o “ethos” ocidental, mesmo com os místicos ocidentais. Ainda estes não se despersonalizam na unificação com a natureza. Para os místicos, a realidade é um acidente; o centro de sua atenção é Deus. Com efeito, o ocidental busca o orgulhoso domínio da natureza. O homem é senhor de todas as coisas. A floresta e o animal são instrumentos a serviço de sua glória. Tagore – em “Sadhana” – anota que “no Ocidente o sentimento que prima é o de à natureza pertencerem exclusivamente as coisas inanimadas e as bestas, e o de haver um súbito e intransponível abismo onde começa a natureza humana.” Depois de explicar o fenômeno pelo urbanismo, considera que “na vida da cidade o homem dirige espontaneamente a concentrada luz do seu pensamento sobre sua própria vida e atividades, e cria uma dissociação artificial entre si mesmo e a natureza universal, dentro de cujo seio vive”. O espetáculo da floresta, o contato com a

* Originalmente publicado em: FAORO, Raymundo. Santo Antônio Conselheiro: jesuíta bronco. *Revista Quixote*, Porto Alegre, v. 1, p. 16-26, 1947. Material digitalizado por meio do Projeto de Extensão *Digitalização e Divulgação de Revistas de Graduandos da Faculdade de Direito* (cadastrado sob o número 32820). Para referenciar este escrito: FAORO, Raymundo. Santo Antônio Conselheiro: jesuíta bronco. *Res Severa Verum Gaudium*, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 12-18, abr. 2018.

** À época, o autor tinha 22 anos e era estudante da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Raymundo Faoro foi um jurista, sociólogo, historiador, cientista político e escritor brasileiro. Foi presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), de 1977 a 1979 e membro da Academia Brasileira de Letras (ABL). Autor do livro *Os Donos do Poder*, em que analisa a formação sociopolítica patrimonialista do Brasil.

natureza exuberante e caprichosa foi que deu ao oriental – ao hindu em especial – a “interpenetração” do ser do homem com todas as coisas. Na história do Ocidente há, entretanto, um vulto de extraordinária influência que esposa esse orientalismo. Foi Max Schneler quem viu em São Francisco de Assis, a estranheza da sua concepção em face do meio cultural. Colocasse a natureza dependendo de Deus, fazendo deste o centro da vida universal, e entraria para a categoria dos místicos. Em São Francisco, porém, fraternidade com o sol, a lua e os bosques é o primeiro, estando Deus em segundo plano. Para explicar essa singularidade, os estudiosos foram radica-lo numa difusa escola de origem oriental, viva, no tempo da formação dele, na Provença, escola de origem arábica.

A descoberta da natureza, para Euclides, foi subversora da sua personalidade. Até a campanha de Canudos, viveu murado na cidade, torturado com suas mazelas neuróticas, ansiando por novas formas de vida. O espetáculo da terra castigada pelo fogo, ressurgindo da sequeidão para a exuberância, fez-lhe advertir novas possibilidades de vida. O homem poderia evadir-se das asperezas da convivência humana. Além dele, maior do que ele, pulsava um organismo de vida e de dor. Já marcado e deformado pelo urbanismo, ele não podia sentir totalmente a grande experiência cósmica. Entre a unificação afetiva do sertanejo e a mentalidade citadina de homem senhor de todas as coisas, havia um conflito que, pela dramaticidade de seu temperamento, levou-o ao desespero. Conflito que não é particular de Euclides – está na alma do homem brasileiro. A nossa manifesta incapacidade para a técnica, a dificuldade que temos em nos subordinar à exploração da natureza pela indústria, não é uma prova dessa dramática dissociação entre a submersão na floresta e na terra e a preocupação utilitária que vive nas cidades? O discutido processo agrícola das queimadas tem o mesmo significado. A queimada não é um pacífico procedimento de quem domina a natureza; tem fundado religioso, é uma manifestação e exorcismo e de terror. Euclides sofreu a tragédia de conservar-se ele mesmo, a tragédia de não perder-se na pulsação das coisas. O racionalismo e individualismo da geração de revolucionários republicanos a que pertencia obstavam-lhe os caminhos da realização sentimental na natureza.

O sertão, pois, não o sentiu devido à influência dos naturalistas geógrafos, como Buckle e Orville Orby. Solidificaram estes uma camada superposta, feita de ciência e técnica, sobre uma disposição que é sentimental em seus fundamentos.

O elemento urbano de dissociação está representado pelo racionalismo. Ele vai explicar sua incompreensão para com Antônio Conselheiro e Canudos.

Para esclarecer o pensamento deste esboço, é conveniente fixar a entrada do racionalismo na cultura brasileira. Ortega y Gasset (*El tema de nuestro tiempo*) divide as culturas em três ciclos: o da tradição, o racionalista e o místico (supersticioso). A história brasileira adapta-se claramente a este esquema. Até o fim do Segundo Império todas as manifestações culturais, religião, poesia, política,

etc., só se explicavam pela tradição. A cultura não era, então, uma aquisição intelectual; assimilava-se à pessoa moral como prolongamento e superior manifestação do grupo. A dúvida, fruto da separação do homem com a alma do grupo, não atormentava aqueles espíritos. A conversão religiosa tinha um caráter que hoje chega a nos parecer falso. Joaquim Nabuco, por exemplo, cuja personalidade se formara num período de transição, voltou ao catolicismo, não por ele mesmo, mas em consequência da regressão ao mundo aristocrático. A fé não era uma conquista religiosa; era a expressão da própria confiança na vida e no grupo. Para os homens do ciclo da tradição, a vida ocupava o cume dos valores. As ideias e as crenças subordinavam-se a ela. Na política, não havia o fetichismo das formulas. A independência da magistratura era uma grande ideia; no entanto, Tomaz Nabuco e Sinimbu golpearam-na quando se incompatibilizou com a repressão ao crime. A política nada valia por si mesma. Vasconcelos queria, e nisto participava da mentalidade geral, adapta-la às “circunstâncias sociais”. O racionalismo desponta, nesse período, com Teixeira de Freitas, para quem o sistema e a coerência lógica deveriam sobrepor-se aos fatos.

Para o novo espírito, característico do segundo ciclo, sacrificava-se a fluência da vida às formulas racionais. Nada de máscaras! Queriam um sistema jurídico e político puro, sem contradições, de acordo com as teorias de direito constitucional. A propaganda republicana obedecia a esses moldes. A figura mais representativa desse legalismo formalista veio a ser Rui Barbosa. Insinua-se no racionalismo dessa época um matiz que fere de hipocrisia todo novo edifício: é o individualismo.

Euclides é um representante do tempo. Racionalista e individualista. Sua atividade de historiador, por isso, não logrou amadurecer em consonância com sua positiva concepção do universo. Ter-se-ia realizado, nesse sector, se referisse ao passado e a vida a uma manifestação do grande organismo do universo. A história deveria ser uma expressão metafísica ajustada à natureza animada. Raros, porém, são os momentos em que assim a compreende. Via de regra, ele a explica como obra dos grandes homens. No ensaio “Da Independência a República”, faz intervir, muitas vezes, os heróis providenciais de Tomaz Carlyle. A agitação e os movimentos históricos, ainda não se confinam a luta dos interesses, ou a uma manifestação de infra-estrutura. No ensaio referido sente-se que a história política parece ter uma aspiração: o esplendor da verdade. A fascinação da ideia e da utopia é outro índice do seu racionalismo. Entregava-se uma ideia, incapaz de dissimula-la até que as oportunidades se apresentassem.

E frente à figura de Antônio Conselheiro, como reagiu? “Nas camadas profundas da nossa estratificação étnica – uma anticlinal extraordinária”. No seu meio seria uma “diátese ou uma síntese”. Fora dele, um paranoico, um caso de hospício. Um “gnóstico bronco”, representante de uma sociedade primitiva, revivendo formas primárias e anômalas.

Nesse quadro do Conselheiro, uma única concessão: que é uma expressão do meio sertanejo. Em seguida, porém, a desvaloriza, ao qualifica-lo de representante de uma loucura coletiva.

Já é tempo de revisar os métodos de apreciação sociológica de que se utilizou Euclides. Não mais é admissível descrever e interpretar uma sociedade pelos critérios de outra, que lhe é hostil. Após os estudos de Ruth Benedict seria uma leviandade prosseguir ainda na interpretação dos homens representativos catando psicoses. Há uma distinção a fazer, de outro gênero das distinções escolásticas, entre o indivíduo e a pessoa. O indivíduo, como tal, pode ser um psicopata e, não obstante, a pessoa, uma organização superior. Na “Ética”, Scheler caracteriza a pessoa como “realizadora de atos intencionais que se acham ligados pela unidade de um sentido”. A pessoa afirma-se ainda na consciência do domínio da vontade. O ser psíquico, por isso, nada tem a ver com o ser pessoal. O primeiro só se refere a estados psicológicos, não atinge valores; é, pode dizer-se, o meio de expressão da pessoa. A enfermidade do indivíduo não taz, pois, necessariamente a da pessoa. Ao contrário, um paranoico pode desenvolver uma sensibilidade mais aguçada. Além do que, a questão da normalidade ou anormalidade de um homem é uma relação interna com a sociedade. Homens representativos de um meio serão anormais em outro. E quantas vezes a qualificação de psicopata não é um trágico mal-entendido? Escreve Ruth Benedict: “Os que atuam inadequadamente em qualquer sociedade não são os que tem certos rasgos fixos “anormais”, senão que bem podem ser aqueles cujas respostas não receberam apoio nas instituições de sua cultura. A fragilidade dessas anomalias é em grande parte ilusória, ela surge não do fato de que careçam do vigor necessário, senão do fato de que são indivíduos cujas respostas inatas não são sancionadas pela sociedade. São, segundo a expressão de Sapir, “habitantes de um mundo impossível”. Benedict exemplifica a sua tese com Don Quixote. Estaria, sem dúvida, deslocado do seu tempo o altivo manchego, mau grado a nobreza e a incontestável elevação dos seus ideais. Unamuno retomou Don Quixote da galeria cômica e, reabilitando-o, fez dele a manifestação por excelência do heroísmo, da dignidade e do gênio. Loucos para os que riem dos seus destemperos, herói para os que sentirem a grandeza de sua loucura.

Antônio Conselheiro não foi, pois, um louco ou um líder político de uma sociedade enferma. Um líder político exploraria todas as disposições sentimentais do seu povo, mesmo as religiosas, em proveito de um fim social. O Conselheiro fez o inverso. Subordinou a organização social à salvação da alma. A hierarquização dos valores, situando a religião no ápice, é manifesta no mundo de Canudos. Não hesito em afirmar que só a caracterização da santidade conviria ao Conselheiro. Não deve repugnar tal conceituação pela incoerência das pregações dele, ou pelo primitivismo do meio. As orações e prédicas do Conselheiro são incoerentes para nós, homens urbanos do século XX, não para a sociedade sertaneja. Os que o seguiram souberam compreendê-lo. O primitivismo do meio não ex-

clui a santidade. A religião e os santos tiveram maior pujança em épocas chamadas hoje por nós, com muita injustiça, de primitivas. Seria repetir o desacerto com relação a Canudos.

Mais do que executor de sentimentos e ideais de uma época, o que faria dele exclusivamente um líder social, o Conselheiro foi um condutor e um renovador. O selo ascético que se impunha e impunha aos demais, a rigorosa continência, a fé nunca abalada, o fervor do crente, atestam da sua sublime ingenuidade. Do senso da organização temporal, aliado ao selo divino, há o exemplo de Santo Inácio. Não é forçada a relação entre Santo Inácio e o Conselheiro. É por demais conhecida a obra do missionário jesuíta no interior do Brasil. O halo de Santo Inácio ficou como o protótipo do santo, como modelo de grandeza humana. Como admirar-se, pois, do aparecimento de um tipo similar, de um discípulo?

Antônio Conselheiro não merece ser chamado de gnóstico bronco – foi um jesuíta bronco.

E Canudos? Com sua arquitetura exótica, era uma *tapera dentro de uma furna*. Construída num lugar deliberadamente estratégico – o que fez a admiração de Euclídes – era ao centro dominado por uma igreja *informe a brutal, feito a testada de um hipógeo desenterrado, como se tentasse objetivar a pedra e cal a própria desordem do espírito delirante*. No seu aspecto psicológico, Canudos seria uma *psicose epidêmica, galvanizada por um doido*. O racionalista empenha-se, mais uma vez, em descrever uma realidade diferente com os valores de outra. Canudos, todas as coisas paradas, seria uma excentricidade patológica; a organização social lembraria um falanstério.

A superficial descrição arquitetônica está a mostrar o que era Canudos: uma comunidade religiosa e militar. Pelo seu caráter tecnocrático, lembra a organização jesuítica das Missões. Parece claro o fundo do remanescente jesuítico. A ditadura de Lopez está a acenar com uma comparação. Solano Lopes, El Supremo, não se explica, como se tentou tantas vezes – pela imitação do reinado faustoso de Napoleão III, nem como fruto da obstinação graciosa de Madame Lynch. Suas raízes estão na trituração que o jesuíta exerceu sobre os nativos paraguaios. A aspiração a fins desconhecidos nada tem que ver com o desejo de implantar uma monarquia. É, antes, uma saudade religiosa e teocrática mal definida. Solano Lopes era intelectualizado demais para reviver os tempos jesuíticos. Não o era, porém, o Conselheiro. Canudos é fruto amadurecido da influência jesuítica no meio sertanejo. O elemento estranho e desencontrado à nossa realidade, trazido pela Companhia de Jesus, incorporou-se à alma daqueles rudes. E eles realizaram a obra mais perfeita de civilização que poderiam ter feito.

Euclídes, porém, não compreendeu Canudos. Nada há mais chocante para o racionalista que uma comunidade fundada em mitos, mantida pela superstição e ligada pelo irracional. Ele, entretanto, temeu a cidade do Conselheiro. E o lado franciscano de sua personalidade, esse amou Canudos. Amor clandestino e dissimulado. A secreta intuição que lhe dizia ser Canudos uma expressão da terra – e diversas vezes lutou contra essa evidência – estava apelando para ele. Tivesse a coragem e o hero-

ísmo de Gaughin ou de São Francisco de Assis, e nunca mais teria voltado à cidade. No séquido Conselheiro havia um lugar para ele. Ficasse, e teria atendido ao chamado que gritava no fundo da sua consciência. O orgulho de civilizado obstou-o e por ele engolfou-se mais ainda no turbilhão da tragédia que o minava. Acedesse aos apelos do seu coração, e a bem-aventurança desceria sobre ele, serena e consoladora.

